

Revista Palavra e Meia

Número 1

Teoria Feminista

Teoria Lésbica

Setembro 2017

Campinas – São Paulo – Brasil

Palavra e Meia



A Revista Palavra e Meia é uma publicação do site Palavra e Meia, coordenado por Daniela Alvares Beskow. A Revista tem como objetivo circular debates de autoria de mulheres pesquisadoras, ativistas, profissionais, feministas, das mais diversas áreas do conhecimento.

O primeiro número da Palavra e Meia é dedicado a reflexões a partir de perspectivas teóricas feministas e lésbicas. Escrevem neste número as autoras: Daniela Soares, Formiga e Monalisa Gomyde. A apresentação é de Daniela Alvares Beskow.

Ficha Técnica

Revista Palavra e Meia

Coordenação geral: Palavra e Meia/Daniela Alvares Beskow

www.palavraemeia.com

Revista Palavra e Meia n.1 – Teoria Feminista e Teoria Lésbica/ Daniela Alvares Beskow (Org. e apresentação). -1.ed. Campinas: Palavra e Meia, 2017.

1. Teoria Feminista 2. Teoria Lésbica 3. Revista Palavra e Meia

Publicação digital
Disponível em www.palavraemeia.com
Setembro de 2017

Palavra e Meia

Sobre a organizadora

Daniela Alvares Beskow, 34 é mestre em Artes Cênicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2017; bacharel em Comunicação das Artes do Corpo com habilitação em Dança pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), 2013; licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2007; e bacharel em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.

Escritora e artista da dança e das linguagens cênicas.

Como escritora, o início de sua trajetória, em 2001, é marcado por publicações em zines - individuais, em grupo. Co-coordenou a revista estudantil Cacheiros Viajantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp no ano de 2004.

Publicou ensaios e colunas no seu site artístico (2011-2015) e nos sites do Coletivo de Comunicadores Populares (Campinas-Sp, 2011) e Passa Palavra (2009). Publica no site Palavra e Meia, coordenado pela autora, desde abril de 2016. O site Palavra e Meia publica também material escrito de convidadas.

Publicou capítulos de livros: “Corpo-Mídia” no livro “Ideias Perigozas” (2010, Descentro. Org. Fabiane Borges.) e “Vozes sobre o momento atual: junho e pós junho de 2013 em Campinas” no livro “As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho de 2013 no Brasil” (2014, Porto Alegre: Deriva. Org. Cassio Brancaleone e Daniel de Bem).

Publicou o ensaio “Brasil desde un punto de vista feminista hoy” na revista Escucharnos Decir: Feminismos populares en America Latina. (Junho/2016. Org. Colectivo Minervas – Uruguay – e Mujeres en Lucha – Movimiento Popular La Dignidad, Argentina), com versão em português no site Palavra e Meia.

Publicou o livreto digital “Características da Dominação no Patriarcado v.1” no Caderno de Textos n.1 (2017, Campinas: Palavra e Meia).

Apresentou os ensaios: “Oito Pontos sobre a Horizontalidade” no Encontro Sociedade e Comunicação (ESC) (2011. Unicamp, Campinas-Sp), sobre formas de organização a partir de práticas anarquistas de gestão das rádios livres. Publicado em formato digital no site Palavra e Meia em novembro de 2016; e “O Transeunte como proponente de ação artística no contexto de passividade do espaço urbano” no II Encuentro Latinoamericano sobre el Cuerpo y Corporalidades em las Culturas (2015, Bogotá-Colômbia).

Em 2017 escreveu artigos de caráter ensaístico, com foco em patriarcado e violência contra as mulheres, para a seção Debates Acadêmicos do Portal Unesp, com republicação em diversos jornais locais do Brasil. Atualmente é colaboradora da Revista Las Abuelitas (www.lasabuelitas.com) com ensaios sobre o trabalho e o treino em artes cênicas.

Como graduanda em Comunicação das Artes do Corpo realizou a pesquisa de iniciação científica - com suporte financeiro da Fapesp - “O Espaço Teatral entendido a partir da Teoria Geral dos Sistemas” (2013). Sua monografia de conclusão do curso de Comunicação das Artes do Corpo teve como tema “Em Trânsito: Uma análise da relação entre público e artista no teatro que acontece na rua a partir da Teoria Geral dos Sistemas: Sujeito, objeto, complexidade e trama na cidade a partir de uma escrita criadora.” (2013). Ambas tiveram orientação do Prof. Dr. Jorge de Albuquerque Vieira, a partir de debate entre as áreas da ciência, filosofia e artes.

Defendeu a dissertação de mestrado “O discurso das mulheres na cena paulistana de 2015-2016: uma proposta feminista de análise de espetáculos” em junho de 2017. A pesquisa teve o suporte financeiro da Capes e teve como foco a dramaturgia cênica e mulheres em cena a partir de uma perspectiva feminista, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Regina Vieira Romano.

Em agosto de 2017 escreveu sua primeira dramaturgia “Meia hora: um rádio espetáculo pelo fim da violência contra as mulheres”, encenado e estreado no mesmo mês pela artista no Museu da Imagem e do Som (MIS) Campinas, na VII Mostra Seda. O texto é um roteiro para programa de rádio e tem aprox. 35 minutos de duração, com narração de convidadas.

Atualmente escreve a partir das perspectivas feministas materialista, marxista, radical e lésbica, a partir da interação com pensamentos diversos.

Seus escritos são também resultado da atuação em movimentos sociais nas áreas de comunicação, feminismo e artes cênicas desde o ano 2000.

Contato: dab@inventati.org

Sumário

Apresentação	6
Produção de conhecimento, fortalecimento feminista, disseminação do ódio e redes de dominação teórica Daniela Alvares Beskow	
Problemas no paraíso feminista: a disputa pela hegemonia conceitual <i>Daniela Soares</i>	10
Toka diskos e revolução <i>Formiga</i>	23
NÃO É NÃO JÃO <i>Formiga</i>	25
Pelo 28 de setembro <i>Formiga</i>	27
Punição exemplar: uma reflexão acerca da violência contra lésbicas <i>Monalisa Gomyde</i>	31
<i>Notas de fim</i>	37

Apresentação

Produção de conhecimento, fortalecimento feminista, disseminação do ódio e redes de dominação teórica

Elaborações teóricas feministas vem se desenvolvendo com intensidade nos movimentos feministas atuais, apresentando questões profundamente ligadas à prática e permitindo olhares mais ricos sobre o mundo. Propondo metodologias de organização e interpretações sobre a realidade, fomentam a elaboração de discurso das mulheres, elemento profundamente relegado a segundo plano no patriarcado. Há diversidade de olhares sendo produzidos, ainda que muitos não sejam difundidos, seja em pequena ou larga escala. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que o todo dos movimentos feministas, ou, a relação entre eles, origina uma, ou várias, epistemologias dominantes, vindas não necessariamente da escolha de todas as mulheres em orientar e expressar suas leituras sobre a realidade, mas da configuração temporária advinda das formas de se relacionar, em conjunto com os conceitos e ações correntes. Uma epistemologia coletiva, não necessariamente construída coletivamente. Originam-se então situações conflitantes, onde a diversidade, identificada também através do impulso, da disposição e da vontade, se choca com o que se coloca como estabelecido.

A partir de experiência cotidiana, expressão teórica, envolvimento com movimentos sociais, articulação em grupo, pesquisas da produção histórica e relação com a difusão dos pensamentos através de grandes mídias – que orienta muitas vezes a elaboração dos conhecimentos através de generalizações, simplificações, de valores monetários e de recompensas políticas – constroem-se epistemologias. As relações de poder intrincadas em todos esses elementos originam também epistemologias dominantes. Academia, grandes mídias, política representativa se conectam de maneira complexa, gerando grandes redes de informação e valorando a realidade de acordo com poucas perspectivas. Esses componentes dispõem de estrutura física e monetária para difundir em grande escala tais perspectivas de modo que, pela repetição, legalidade e aparente legitimidade, se tornam aceitas e são tomadas como necessárias e coerentes. A disputa para se inserir na estrutura se torna grande, pois, esta promove notoriedade. Em uma atualidade material que gera ausência de afeto – na mesma medida que gera excesso de tempo utilizado para deslocamento e proteção da violência - a busca por aceitação social aumenta. Busca-se possibilidades de bem estar, identificada muitas vezes em promessas localizadas nessas grandes estruturas de relação. Tais estruturas, muitas vezes alienadas das Histórias,

tem como objetivo principal a sua própria manutenção, sem o compromisso da construção plena do conhecimento, ou seja, o desenvolvimento da dúvida e da crítica e muito menos da geração de bem estar material para todas e todos. É também a partir dessa complexa rede que são replicados os conhecimentos e orientadas ações nos movimentos feministas.

Nesse contexto pode-se observar atualmente em algumas ramificações dessas redes de informação que o termo “gênero” tem se apresentado de forma alijada a sua própria história, tornando-se muitas vezes uma ferramenta da manutenção das estruturas de poder ao invés do questionamento destas, como aparenta propor. Manutenção insistente que ocorre não apenas a nível utilitarista através dos mecanismo capitalistas, mas, também na produção de conhecimento acadêmico e teórico, além dos movimentos sociais que geram simbologias e discursos.

Não há como deixar de citar a confusão teórica, neste caso não apenas produto da completa falta de conhecimento da história do conceito de gênero, mas, também da imposição explícita da violência institucional – exercida pela proposição e aprovação de leis que se embasam em ideias não laicas - do termo criado por alguns políticos brasileiros e difundido aos tropeços por mídias e grupos, que é o “ideologia de gênero”. Nesse sentido percebe-se que grande parte dos políticos brasileiros está completamente a parte do debate em torno das pesquisas sobre gênero e pesquisas feministas, nos campos teóricos da academia e dos movimentos sociais. Seria hilário se não fosse catastrófico.

Em 2015 foram elaborados projetos de lei em diversas cidades brasileiras com a intenção de proibir em sala de aula debates que permeiam o conceito de “gênero”. Essa proibição é tão absurda que choca, dado que as relações humanas, permeadas pelas construções sociais de gênero, existem em todos os âmbitos das sociedades, inclusive, estruturando-as. Proibir o debate sobre relações sociais no âmbito educacional não faz sentido algum, já que a escola é o local do debate e do aprendizado sobre diversos conteúdos, dentre eles, as relações humanas e as sociedades. A confusão teórica é explicitada pela mistura de conceitos promovida pelos difusores do conceito “ideologia de gênero”. Nas explicações sobre o significado do conceito, conectam autores, interpretações teóricas e correntes de pensamento, sugerindo entre eles uma coerência artificial. Atribuem a defesa desse conceito à um conjunto heterogêneo de pessoas - que ao responder ao debate demonstram nunca ter ouvido falar do termo – em conjunto com acusações de que estariam destruindo a “família tradicional” e doutrinando crianças nos espaços escolares. A difusão de tais ideias é realizada, muitas vezes, através de discursos de ódio, embasados em pensamentos religiosos de determinadas igrejas cristãs que hoje estruturam parcela significativa das ações político representativas do congresso eleito em 2014. Em suma, explicam a realidade através de um conjunto que mistura argumentos científicos e religiosos a partir de um prisma político conservador. Tal confusão teórica vem sendo repetida exaustivamente por diversos setores, mídia e formadores de opinião e nos últimos dois anos gerou aprovações de leis cujos textos jurídicos são resultado dessa mistura mirabolante de conceitos, chegando a proibir, de fato, diversos debates nos âmbitos escolares, que vão desde desde a menção à palavra “gênero” em sala de aula, até debates sobre orientação sexual. Alguns mencionam a proibição do debate e produção de material sobre “ideologia de gênero”, sem haver explicação sobre o significado do termo. Em resumo, promove

grande confusão no âmbito educacional, desconsiderando o amplo acúmulo teórico dos profissionais da área da educação e pedagogia e suas contribuições ao debate e formação de crianças e adolescentes.

Não pode-se deixar de mencionar a importância dos debates em torno do conceito de “gênero” não apenas nos espaços escolares, mas, em todos os espaços. Pensar o conceito de gênero a partir de seu desenvolvimento teórico é refletir sobre patriarcado, violência contra as mulheres, machismo. Uma realidade onde não exista mais a violência contra as mulheres exige necessariamente o debate sobre todos esses temas além de várias outras ações objetivas, incisivas e eficientes. A violência contra as mulheres tem que chegar ao fim, com urgência. A política representativa não pode se outorgar o direito de se apropriar das estruturas estatais para impor à todas e todos, regras e valores compartilhados por apenas uma parcela. A democracia deve ser reflexo do interesse de todos ou não é democracia. A educação, presente não apenas nas escolas, é sinônimo de reflexão, dúvida, questionamento e disponibilidade para o debate.

A violência contra as mulheres, nas suas mais variadas formas, não pode mais ser tolerada, estimulada ou autorizada socialmente como ocorre hoje no Brasil. Em um país onde são altíssimos os índices de estupros contra meninas e mulheres, de casamento forçado de homens adultos com meninas, de abortos precarizados, de violência obstétrica, de assassinatos de lésbicas, de feminicídio, de violência sexual no transporte público, de violência psicológica contra mulheres em todos os âmbitos, de conteúdo midiático que erotiza mulheres e meninas, de exploração do trabalho doméstico das mulheres, se faz urgente políticas públicas, amplo debate sobre todos esses temas e transformação dos comportamentos individuais e coletivos.

Uma das violências que fere as mulheres e que é largamente não criticada nos discursos dominantes – sendo estes amplamente propagados por pessoas de vários extratos sociais, etnias e faixa etária – é a violência contra mulheres lésbicas. Distante das expectativas hetero orientadas que sustentam o patriarcado, o capitalismo e o racismo, mulheres que direcionam seu afeto a outras mulheres e não aos homens, ou seja, lésbicas, são violentadas diariamente por serem lésbicas, por não reproduzirem o padrão que obriga as mulheres a se encaixarem em um estereótipo de sexualidade, de comportamento e de configuração social. Os agressores e agressoras tem como valor a violência e o ódio, decididos a eliminar todos aqueles que não se parecem consigo. É o discurso da homogeneização, do autoritarismo e da punição social disseminados também através da apropriação de estruturas e espaços coletivos que estimulam o ódio por meio de doutrinação e fanatismo, calcados na ignorância, na distorção teórica e no uso indevido da representatividade.

A expressão resultante desse contexto se manifesta, pois. Os movimentos feministas e de mulheres agem, reagem, fortalecem a sociedade, produzem conteúdo e conhecimento, colaborando para o fim da violência e para a promoção de sociedades mais justas e pautadas no aprendizado, na colaboração, na assertividade e no bem estar para todas e todos. Fortalecer o feminismo é fortalecer o fim da violência.

Convido então à leitura sobre alguns dos temas mencionados nesta apresentação, inaugurando o primeiro número da Revista Palavra e Meia – Teorias Feministas e Teorias Lésbicas. Boa leitura e até o próximo número!

Daniela Alvares Beskow

20 de setembro de 2017

Problemas no paraíso: a disputa pela hegemonia conceitual

Daniela Soares

Abril/ 2017

INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrar pessoas que equivalem pensamento à crítica e que, portanto, sempre esperam postura crítica daqueles inseridos em áreas como Filosofia, História e outras áreas de estudos humanos, de tal forma que se espantam ao se depararem com autores destas áreas, que, por exemplo, defendam uma sociedade de mercado livre e até mesmo defendam o Estado como ferramenta necessária para impor limites aos indivíduos em sociedade, para que não entrem no estado natural hobbesiano da guerra de todos contra todos. Tais autores existem e fazem parte da História do Pensamento. Parece-me que em certos indivíduos se carrega esta premissa, de pensamento equivaler à crítica, e caso você não esteja se posicionando criticamente (a respeito de algo que supostamente deva ser objeto de crítica, o critério para isto parece pairar pelo ar) você não está pensando. Esta premissa flutua pelos feminismos e é captado por algumas mentes, quase uma caricatura do eidos (Ideia) platônico, como se os eidos estivessem a flutuar acima do intelecto, esperando para serem pescados. Apresento que tal posição acaba por excluir do debate (o qual é necessário para o desenvolvimento dos feminismos) aquilo que se ponha como diferente/diverso ao que determinado grupo tenha desenvolvido em termos de epistemologia. E que por consequência, cria-se uma disputa pela hegemonia dos termos/conceitos. Porém, antes, é necessária uma divagação sobre a expressão “paraíso feminista”, que, de certa forma, esclarecerá os pressupostos do rumo do texto em questão. A noção cristã da expulsão do paraíso teve suas influências no pensamento ocidental no que diz respeito à filosofia, influenciando até mesmo pensamentos que não são configurados como cristãos. O sentimento da falta de algo, de certa angústia no ser humano, era explicado como consequência da expulsão do paraíso, do ato pecador de Adão e Eva, ou em outras palavras, a ausência da graça nos descendentes dos Pais fundadores, numa linguagem agostiniana. Isto, por exemplo, teve impactos em pensamentos desenvolvidos na Modernidade, na tentativa de uma volta ao “paraíso perdido” ou na consolidação de um novo paraíso terrestre. Aqui sigo uma análise apresentada por Dietmar Kamper. Três correntes de pensamento

predominavam no contexto da filosofia clássica alemã, partindo da ideia de que tudo que ocorria na Alemanha e Europa por volta de 1880, era apenas interpretado como um tempo de dilaceramento e rasgante. O que se falava era que, após esse dilaceramento voltaríamos a nos reencontrar com um tempo anterior, um tempo que permitiria restituir a unicidade dos humanos "com o fundamento primeiro e último da vida" (KAMPER, 1998, p. 56). Dessa forma, nessas correntes predominantes uns achavam que o Paraíso tinha sido perdido para sempre, apenas podendo ser recordado pela poesia e arte, outros que o Paraíso deveria ser restituído o tanto quanto possível através da própria força do humano e o terceiro grupo pensava que seria necessário atravessar tal dilaceramento, indo até suas formas mais extremas: os verdadeiros dialéticos, para Kamper. Isto é, havia aqueles que queriam voltar atrás e os que defendiam o avanço através de um progresso que passaria por uma fase alienada extrema e depois se encontraria "a unidade perdida da vida" (KAMPER, 1998, p. 57). Porém, a nomeação destes grupos em romantismo e realismo deve ser cuidadosa, diz o sociólogo alemão. Marx e Hegel e outros, continua Kamper, defendiam o progresso e deram importância muito grande ao trabalho: aqui o trabalho tem como tarefa a superação das consequências do pecado original e a restauração do Paraíso em novas formas.

Em certa medida, a imaginação, mesmo sem precedentes cristãos – no sentido que os sujeitos deste cenário não se configuram enquanto tais –, de que a erradicação de contradições na sociedade inaugure um espaço idílico entre os humanos, ainda é presente, e geralmente, essa postura é acompanhada por um niilismo nietzschiano, isto é, a vida pautada em valores que são apresentados como extramundanos sempre preterindo o aquém em nome de um suposto além. Os feminismos também acompanham essa postura, mas o “paraíso feminista” não diz respeito a um além, mas a um espaço idílico no agora, e o marco desse paraíso terrestre seria a irmandade entre as mulheres, a sororidade, o que em termos práticos está longe da realidade. Os espaços feministas, talvez, fossem mais bem apresentados como um campo de batalhaⁱ, não porque a sororidade não seja possível, mas, sim porque este lugar, no momento se caracteriza sobre quem possui a verdade sobre as coisas, e a dinâmica de quem possui a verdade e quem não possui é apresentada como uma questão moral (uma reprodução da política estatal que se apresenta como tal). Aquelas que se colocam como as que possuem a verdade são aquelas que estariam agindo em nome do bem, assim, caracterizando quem escapa de sua posição, como perpetradora do mal, e aquelas que foram relegadas como oposto do bem também fazem esse mesmo processo, mas caracterizando como mal o grupo contrário. O *paraíso feminista*, a tentativa de consolidar a sororidade entre as mulheres, se encontra com *problemas*, problemas que são colocados pela falta do diálogo entre seus vários grupos, que resulta exatamente na tentativa de consolidar uma hegemonia conceitual. Infelizmente, este não é o texto apropriado para se discutir dinâmicas psicológicas em grupo, mas é um assunto de extremo interesse e necessidade, pois, se pensamento *straight* produz homens e mulheres, a primavera feminista produz mulheres traumatizadas.

Apresentarei no presente texto o que Monique Wittig (1935-2003) denomina *categorias de sexo*, isto é, "homem" e "mulher" enquanto categorias sexuais, expondo algumas explicações sobre

conceitos a respeito da feminilidade/masculinidade através da contribuição de Margarita Pisano (1932-2015), abordando as perspectivas acerca do termo “gênero”ⁱⁱ, assim, apresentando também a compreensão apresentada por Judith Butler acerca do mesmo, para elucidar as diferentes narrativas que podemos encontrar nos feminismos. O texto também se dispõe a apresentar referências àqueles que fazem esta leitura.

DO QUE FALAMOS?

"Gênero" parece ser uma palavra que aplicada a cada contexto recebe um significado outro. "Sabe, o gênero, você sabe! O gênero, sim". Na boca de cada um parece carregar um sentido próprio, ou, nenhum sentido. É como se este fosse autoexplicativo. Então, do que falamos?

Essa palavra tem sua primeira aparição ao ser utilizada, fora da gramática, por sexólogos para a normalização de crianças intersexo, eles utilizavam o termo para significar as características comportamentais que consideravam mais apropriadas para as pessoas de um ou do outro sexo biológico (JEFFREYS, 2014, p. 4). Em 1972, "gênero" como categoria será utilizado pela socióloga britânica Ann Oakley para representar as construções culturais do que é ser "mulher" e "homem" e a relação de poder entre os sexos no social, material e simbólico. A autora vinha na mesma linha que a norte-americana Margaret Mead, que em *Sexo e Temperamento em três Sociedades Primitivas*, analisando as etnias arapesh, mundugimor e tchambouli, demonstrou como a divisão sexual do trabalho e as estruturas de parentesco explicavam que os temperamentos dos sexos não eram inatos, mas sociais (CURIEL, 2013, p. 110). Assim, firmou-se no feminismo de segunda ondaⁱⁱⁱ, que os comportamentos do “homem” e da “mulher” são socioculturais, utilizando “gênero” para designar-lhe isto, de forma que o mesmo passa a ser colocado como a construção social do sexo, isto é, os comportamentos do que é ser “homem” e “mulher” assentam sobre o sexo. Interessante ressaltar que com o surgimento do termo gênero, aparecem os *estudos feministas* e os *estudos de gênero*, que logo se postam como estudos ligados às sexualidades dissidentes e às políticas de identidade.

Linda Nicholson (2000, p.9) diz que *gênero* é uma palavra estranha ao feminismo e, segundo a mesma, o termo é utilizado em dois sentidos: (a) desenvolvido como oposição a “sexo” e sempre usado neste sentido, para descrever o que é socialmente construído em oposição ao biologicamente dado, isto é, gênero se equivale a comportamento e personalidade, não ao corpo – ou como dito anteriormente, como a constituição social do “sexo” –; (b) sendo utilizado para qualquer construção social ligada com a distinção masculino/feminino e isto inclui as construções que diferenciam corpos femininos dos masculinos. Nicholson afirma que este segundo sentido surgiu quando se percebeu que a sociedade não somente construía a personalidade e comportamento: mas também as maneiras como o corpo aparece. Mas se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o “sexo” não pode ser

independente do "gênero"; antes, sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero (Idem).

Apesar de a autora dizer que esta segunda maneira de ver "gênero" tenha predominância no discurso feminista, ressalta que a herança da primeira visão que sobrevive, pois, “o ‘sexo’ permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura ou da história, sempre a enquadrar a diferença masculina/feminina” (NICHOLSON, 2000, p.10).

Ao se questionar porque a ocorrência desse fato, a autora decide elaborar com maior precisão as origens do termo gênero: este tem suas raízes na junção de duas concepções importantes no pensamento ocidental, *a base material da identidade* e *a construção social do caráter humano*. Segundo Nicholson, um dos legados da primeira ideia fora a noção dominante nas sociedades industrializadas, durante o surgimento da segunda fase feminista, de que a distinção masculino/feminino tinha causas nos "fatos da biologia" e eram expressas por eles, e isso se refletia no fato que a palavra utilizada para descrever essa distinção era "sexo", que tinha fortes ligações biológicas. Apesar das feministas do final dos 60 acharem que certamente existiam fatos biológicos a diferenciar homens e mulheres, as maiores distinções não fincavam na biologia. Assim, é voltando-se a ideia de construção social do caráter humano que elas minam essa concepção – de que a distinção masculino/feminino tinha causas na biologia – que fora enfraquecida pela ampliação do termo "gênero":

Em meados dos 60, o termo gênero ainda era usado principalmente como referência a formas femininas e masculinas [...] As feministas da segunda fase estenderam o significado do termo para com ele se referir também a muitas diferenças entre mulheres e homens expostas na personalidade e no comportamento (NICHOLSON, 2000, p. 10).

Porém, para a autora, neste caso, o "gênero" vem para suplementar "sexo" e não substituí-lo, e sim que "sexo" passa a ser essencial na elaboração de "gênero".

O ‘SEX ROLE’ E A CLASSE SEXUAL

Anteriormente a adesão ao termo "gênero" para designar o comportamento e personalidade do que é ser "homem" e "mulher", a expressão utilizada pelas feministas de segunda onda fora *papel sexual* e/ou *papéis sexuais*. Feministas radicais^{iv}, tais como Kate Millet e Ti-Grace Atkinson, são dois exemplos da utilização desta expressão. Essa divisão de papéis masculino e feminino, que era suportado, no senso comum, como “expressão da biologia”, era vista como específica do patriarcado. As mulheres são os indivíduos socializados para o papel feminino, e os homens para o papel masculino. E os homens são os agentes da opressão das mulheres. Para além de indicarem a socialização de *female* e *male* para os papéis sexuais, apontavam também que o próprio sistema destes papéis sexuais configurava a opressão das mulheres. Disto partirá o entendimento de que neste sistema hierárquico, as

mulheres, assim como os homens, formam uma classe política^{vi}. O grupo americano feminista radical, The Feminists, ao qual Atkinson fazia parte, afirmava que o sistema de papel sexual não definia a opressão das mulheres, como estava sendo aceito popularmente no feminismo, mas sim que os homens como os únicos a incorporar o papel masculino são os inimigos e opressores das mulheres, o papel feminino (*female role*) é produto do papel masculino (*male role*), pois este é a autodefesa das fêmeas contra as coerções externas impostas a elas, assim este último papel estabiliza este sistema (DOUGLAS, 1990, p. 56). Para Atkinson, o inimigo é o comportamento masculino mais do que os homens enquanto seres biológicos (Idem, p.55). De forma que, se:

Para o Redstockings, o problema era sobre o poder – quem tinha e quem não, para o The Feminists era uma questão de papéis sexuais – quem se conforma e quem rejeita. Assim, para desfazer o sistema da dominância masculina, as feministas deveriam, nas palavras do manifesto delas, “aniquilar” o sistema de papel sexual^{vii} (ECHOLS, 1989, p. 170).

Pois, dentro de uma perspectiva psicológica do grupo The Feminists, os homens oprimem as mulheres para estender o significado de suas próprias existências como alternativa a uma autocriatividade individual (Idem, p. 171). Atkinson (1969, p.5) diz:

Penso que a *necessidade* que os homens têm para o papel de opressor é a fonte e a fundação de toda opressão humana: eles sofrem de uma doença peculiar à Humanidade a qual eu chamo "canibalismo metafísico" e homens devem, ao menos, cooperar em se curarem^{viii}.

Para Firestone, integrante do Redstockings^{ix}, as classes sexuais se assentam na própria divisão na natureza e que ao desafirmos as classes sexuais, desafirmos a própria divisão que se apresenta na esfera natural. Ela começa *A dialética do sexo* dizendo:

As classes sexuais são tão enraizadas, que se tornam invisíveis. A existência dessas classes pode parecer uma desigualdade superficial, facilmente solucionável com algumas reformas, ou talvez com a integração plena das mulheres na força de trabalho. Mas a reação do homem, da mulher e da criança comum – “*O quê? Ora, não se pode mudar isto, você deve estar louco!*” – está mais próxima da verdade. Falamos de algumas coisas profundas quanto esta. Essa reação instintiva é honesta, pois mesmo quando o ignoram, as feministas falam de uma mudança na condição biológica básica (FIRESTONE, 1976, p.11).

Mary Daly (1985, p.2), teóloga feminista radical, utiliza a expressão “sistema sexual de casta”. Ela diz que este sistema é atribuído hierarquicamente no nascimento, colocando grupos dos quais os membros terão desigual acesso aos bens, serviços, prestígio e bem-estar físico e mental. Daly afirma que a exploração desse sistema sexual de casta não poderia ser perpetuada sem o consentimento das vítimas e do sexo dominante, e tal consentimento, diz ela, é obtido através da socialização do papel sexual, que é um processo condicionador que opera desde nosso nascimento e que é reforçado pela maioria das instituições. Creio que se deva ter cuidado a atribuir a palavra “gênero” a este ponto do

desenvolvimento da teoria feminista radical, já que não utilizavam esta palavra, apesar de que mais tarde algumas venham a utilizá-la:

A suposição que ninguém questiona é que as mulheres formam uma classe e essa classe é artificial e feita para propósitos políticos para oprimir as mulheres. Nós chamamos essa classe de “gênero”. Nosso mantra foi a frase de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se”^x (ATKINSON, 2014, p. 2).

Para Jeffreys (2014, p. 4), o termo “papel sexual”, conotando uma construção social, não estava sujeito à degeneração que afetou o termo “gênero”. Quando este último foi adotado, seu significado fora ampliado para significar o sistema de poder masculino e a subordinação das mulheres, que ficaram conhecidos como “hierarquia de gênero”; e outros termos, continua Jeffreys, como dominação masculina, classe sexual ou casta sexual saíram de moda: gênero como um eufemismo fez desaparecer os homens como os agentes da violência masculina contra as mulheres, que hoje é denominada “violência de gênero” (JEFFREYS, 2014, p.5). Dado esta compreensão, o compromisso firmado pelas feministas radicais é a erradicação destas classes ou o extermínio dos papéis sexuais. Se o problema são os papéis sexuais o objetivo do feminismo parecia claro: uma sociedade andrógina (JAGGAR, 1983, p.86), algumas tentaram visualizar uma sociedade sem sexo (FIRESTONE, 1976) (ATKINSON, 1969) ou uma sociedade unissex, porém, é um assunto que permanece não resolvido. Assim, compreender a utilização de *classes sexuais* cairá melhor a estas autoras, do que a atribuição da palavra “gênero”, pois, se existe um mau uso desta palavra, atribuí-la aqui de forma má colocada, causará enormes confusões.

CATEGORIAS DE SEXO

A abordagem de Wittig ou, uma abordagem "lesbiana materialista" como a própria chega a nomear, explicita o caráter político do que chamamos de "homem" e "mulher" ou as categorias de sexo. Estas categorias são políticas e não naturais, produtos das relações sociais. Wittig não está a dizer que não existem corpos que menstruam ou que produzem espermatozoides, corpos com funções específicas, mas evidencia como os indivíduos recebem uma “marca” que diz que categoria de sexo eles pertencem, esta marca, conceito de Colette Guillaumin, coloca um aspecto físico do corpo (neste caso, a genitália), que é em si neutro, dentro de uma relação social, dando a este um determinado significado. Se tiveres pênis, é homem e, portanto, um ser masculino por excelência e superior; se tiveres vulva é mulher, ser feminino por excelência destinado a gestar, um ser preso às necessidades naturais e, portanto, inferior em um mundo que aclama a cultura.

As dicotomias macho/fêmea, masculino/feminino servem para dissimular que as diferenças sociais sempre implicam em uma ordem econômica, política e ideológica (WITTIG, 2006, p. 22), pois, os sistemas de dominação criam divisões no plano material e econômico e estas são realizadas pelos amos, como chama Wittig, assim, são eles que explicam e justificam as divisões que criaram como

resultado de diferenças naturais e os escravos(as) (a autora utiliza ‘amo’ e ‘escravo’ para se referir a grupos que estão em uma hierarquia, seja social, racial ou de sexo) ao se rebelarem, interpretam-nas como oposições sociais^{xi}. O sexo^{xii} é uma dessas divisões. No pensamento wittiginiano, o sexo não é algo “natural”, mas uma categoria política, nesse sentido, Wittig (2006, p. 22), diz:

Pois não há nenhum sexo [como algo natural]. Somente há um sexo que é oprimido e outro que oprime. É a opressão que cria o sexo e não o inverso. O contrário seria dizer que é o sexo que cria a opressão ou, dizer que a causa (origem) da opressão deve se encontrar no sexo mesmo, em uma divisão natural dos sexos que pré-existiria à (ou que existiria fora) sociedade^{xiii}.

Nesta linha de pensamento, a francesa lesbiana radical diz que uma análise feminista materialista mostra que o que é considerado como causa ou origem da opressão das mulheres, é, na verdade, uma “marca”, que não pré-existe a opressão, posta pelos opressores nas oprimidas: o mito da mulher^{xiv}. A autora explica à respeito da marca:

Colette Guillaumin demonstrou que antes da realidade socioeconômica da escravidão negra, o conceito de raça não existia, ou, pelo menos, não tinha seu significado moderno, pois designava a linhagem de famílias. Porém, hoje, noções como raça e sexo são entendidas como um «dato imediato», «sensível», um conjunto de «características físicas» que pertencem à uma ordem natural. Mas, o que acreditamos que é uma percepção direta e física, não é mais que uma construção sofisticada e mítica, uma «formação imaginária» que reinterpreta características físicas (em si mesmos tão neutros como qualquer outro, mas marcados pelo sistema social) por meio da rede de relações com quais se percebe. (Elas são vistas como *negras*, por isso *são* negras; elas são vistas como *mulheres*, por isso *são* mulheres. Não obstante, antes de serem *vistas* dessa maneira, elas tiveram que ser *feitas* dessa maneira)^{xv} (WITTIG, 2006, p. 34).

A partir dessas postulações, o mito da mulher pela perspectiva de Beauvoir e as categorias de sexo, Wittig baliza qualquer naturalização das mulheres, seja metafísica (há sexos antes de tudo, uma diferença constitutiva a ter consequências ontológicas), científica (há sexos antes de qualquer pensamento, eles são biológicos e a diferenciação tem consequências sociológicas) ou marxista (antes de qualquer pensamento há uma divisão natural do trabalho em família, que em sua origem não é outra coisa que a divisão do trabalho no ato sexual). Assim, essa concepção fundamental que domina todos os discursos, é o pensamento da dominação (WITTIG, 2006, p. 25). Isso configura no pensamento wittiginiano que uma luta feminista não consiste pela defesa do mito, da mulher, de seu reforçamento, mas a luta pelas mulheres enquanto classe e pela sua erradicação (WITTIG, 2003 p.248).

GÊNERO COMO NORMA

Com a postulação de alguns estudos de que gênero seja uma construção social, Butler (2007, p. 56) questiona se este poderia se construir de uma outra maneira ou se esta construção leva a um

determinismo social que negue a possibilidade do agente atuar e mudar. A afirmação da construção do gênero, para Butler (2007, p. 57), sugere determinismos de significados inscritos nos corpos anatomicamente diferenciados e que os mesmos sejam receptores passíveis de uma lei inevitável, a saber, a própria construção do gênero, assim, neste sentido, a filósofa diz, é a cultura e não a biologia que se converte em destino.

Em Problemas de Gênero^{xvi}, a autora postula que o "corpo" que muitas vezes é entendido como fora/anterior dessa lei, é um limite variável, uma superfície cuja permeabilidade está politicamente regulada, e que o "sexo" é produto do gênero, e não que seja o primeiro a criar o último, de forma que "há que ter em consideração que o gênero, por exemplo, é *um estilo corporal*, um «ato», por assim dizer, que é ao mesmo tempo intencional e performativo (onde *performativo* indica uma construção contingente e dramática do significado)"^{xvii xviii} (BUTLER, 2007, p. 271). Na página seguinte, Judith Butler afirma que colocado que gênero não é um fato – não há uma essência que o próprio expresse ou torne exterior –, os atos distintos de gênero produzem o conceito de gênero, estes estilos corporais são ficções culturais reguladas de forma punitiva.

Já em um trabalho posterior^{xix}, Butler discute sobre a regulamentação do gênero. O que logo é colocado é que o gênero não pré-existe a sua regulamentação ou está subordinado a uma^{xx}, mas que o aparato regulador que rege o gênero está adaptado a ele, no sentido em que ele requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinador (BUTLER, 2006, p. 68). Assim, trabalhando com a ideia de que gênero seja uma norma, ela diz:

Uma norma não é o mesmo que uma regra, tampouco é o mesmo que uma lei. Uma norma opera dentro das práticas sociais como o padrão implícito da normalização. Embora uma norma possa se separar analiticamente das práticas que está impregnada, também pode demonstrar ser recalitrante a qualquer esforço para descontextualizar sua operação. As normas podem ser explícitas; mas, quando funcionam como o princípio normalizador da prática social, com frequência permanecem implícitas, são difíceis de ler; os efeitos que produzem são a forma mais clara e dramática mediante a qual se pode discernir ^{xxi}(BUTLER, 2006, p. 69).

Porém, a autora afirma que entender gênero como norma não é dizer o mesmo que há visões normativas sobre masculinidade e feminilidade: o gênero é o aparato pelo qual há a produção e normalização do masculino e feminino, junto com formas hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume (BUTLER, 2006, p. 70). De forma que:

Assumir que o gênero implica única e exclusivamente a matriz do «masculino» e do «feminino» é precisamente não compreender que a produção da coerência binária é contingente, que tem um custo, e que aquelas permutações do gênero que não se encaixam com o binário, formam parte do gênero tanto como seu exemplo mais normativo (...). O gênero é o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções do masculino e do feminino, mas, o gênero também poderia ser o aparato através do qual estes termos se desconstroem e se desnaturalizam^{xxii} (Idem).

Destarte, compreender gênero como norma não pode significar que este seja um modelo ao quais os indivíduos tentam se aproximar, mas sim que é uma forma de poder social que produz o campo inteligível dos sujeitos e o aparato que institui o gênero binário (BUTLER, 2006, p. 78). A filósofa norte-americana neste raciocínio diz então, que a norma aparece independente das práticas que rege, essa distância entre o gênero e seus casos naturalizados é a distância entre a norma e suas incorporações, porém, Butler enfatiza que isto é apenas uma heurística intelectual que colabora na garantia da perpetuação da norma como um ideal eterno, imutável, a norma não possui um status ontológico, embora também não possa ser facilmente reduzida a seus casos: ela mesma se (re)produz através de sua incorporação e de atos que tentam se aproximar dela, da mesma forma que a norma não pode ser reduzida a qualquer um dos seus casos, tampouco pode ser liberada de sua representação causística, a norma não é externa a seu campo de aplicação, a norma se constitui enquanto tal em virtude da repetição de seu poder para lhe conferir realidade (BUTLER, 2006, p. 83). A autora explica:

Segundo a noção de norma que acabamos de expor, pode-se dizer que o campo da realidade que cria as normas de gênero constitui o pano de fundo sobre o qual aparece o gênero e suas dimensões idealizadas. (...) Na medida em que as normas de gênero são reproduzidas, estas são invocadas e citadas por práticas corporais que têm também a capacidade de alterar as normas em transcurso de sua citação. (...) Então, um sentido importante da regulamentação é que as pessoas são reguladas pelo gênero e este tipo de regulamentação funciona como uma condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa^{xxiii} (Idem).

No entanto, esta apresentação dá-se em um recorte do pensamento de Butler, que esboça um dos lados de sua compreensão do gênero, assim, somente na totalidade de seu pensamento é que se pode esboçar de fato o que a autora tenta analisar a respeito de gênero.

O TRIUNFO DO MASCULINO

A leitura simplista de dois espaços diferenciados (masculino e feminino), para Pisano, conduziu a formulações erradas sobre a condição das mulheres e suas rebeldias, pois, não se trata de ter dois espaços simbólicos em jogo, trata-se de um, o masculino, que contém em si o espaço feminino. Isto é, a feminilidade/feminino está contida no próprio masculino, é obra deste e não um campo externo que se coloca em oposição. Isto significa que "A feminilidade não é um espaço autônomo com possibilidades de igualdade, autogestão ou de independência, é uma construção simbólica e de valor desenhada pela masculinidade e contida nela como parte integrante" (PISANO, 2004, p.5).

Para a autora chilena, o patriarcado foi modernizado numa masculinidade neoliberal globalizada (apesar da falta de conceitualização do que isto seria), fazendo todas as coisas que sempre fez, porém, com um discurso retorcido, com um aparente diálogo com a sociedade em seu conjunto e, nisto, funcionaliza, fraciona e absorve seus oponentes, tornando-os invisíveis, trazendo consigo uma

misoginia muito mais profunda e devastadora que o velho patriarcado (PISANO, 2004, p. 4). É dentro desta fragmentação, dita pela autora, que se tem compreendido, de forma geral, o espaço masculino/feminino como dois lugares independentes que se relacionam de forma assimétrica. Para Margarita Pisano, essa leitura de dois gêneros que dialogam e geram uma estrutura social, é parte importante das estratégias do masculino para manter a submissão, obediência e docilidade das mulheres e sua forma de se relacionar com elas e com o mundo. Isto significa incluir boa parte da produção teórica dos feminismos, desde o sufrágio às autoras contemporâneas, sempre a entender o feminino/masculino como espaços distintos. Com a atenção que Pisano dá, ao dizer que não se trata de espaços distintos, mas apenas um (masculino), para desfazer a cultura masculinista é necessário desmontar a feminilidade. Abandonar o feminino como construção simbólica é abandonar o modelo que se tem seguido tão fielmente:

A construção e localização que foram feitas de nós como gênero não é neutra, a masculinidade precisa de colaboradoras, mulheres/femininas, funcionais a sua cultura, sujeitos secundários que focam sua energia e criatividade em função da masculinidade e suas ideias (PISANO, 2004, p. 7).

As palavras de Pisano desvelam uma cumplicidade que se tem dado, de acordo com a autora, a esse macro-sistema, o masculino; quando se pensa estar enfrentando-o. As pensadoras e acadêmicas acabam se funcionalizando neste macro-sistema e não chegam a ver isto, assim, determinados campos não são tocados pela interrogação, como a *maternidade*, *o amor romântico*, *a família*. Já as mulheres que saem desta estrutura cometem um atentado contra ele, por isso a perseguição histórica e violenta sobre elas (PISANO, 2004, p.7). A reflexão em um espaço político-cultural não feminino é fundamental como lugar de referência para Pisano e é somente por aqui que a liberação das mulheres pode passar, avançando na possibilidade de travar, então, um diálogo horizontal com a masculinidade a partir de um espaço externo do próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a hermenêutica filosófica de Gadamer, o hermenêuta nunca se coloca como uma folha branca diante do texto, mas já chega cheio de pré-conceitos, pré-ideias diante do que está a interpretar, assim, é o choque entre essas ideias pré-concebidas e o texto a ser interpretado que Gadamer nomeia de experiência. A disputa por uma hegemonia conceitual, que, ademais, parece se focalizar na utilização de redes sociais, onde cada grupo parece possuir a "verdade", não presencia esse choque entre o que se propõe em termos de teoria e a realidade como esta se apresenta.

A definição é sempre um problema. Quando se determina um conceito, espera-se que sempre seja usado dentro do significado que lhe foi atribuído, assim, feministas radicais utilizam "gênero" em termos de classes sexuais, porém, gênero não será compreendido somente nesse sentido. A disputa pela hegemonia conceitual não é apenas para determinar significado a termos, mas para estabelecer uma

noção universal do mesmo (ŽIŽEK, 2008, p. 17). Pontuo que esta disputa se evidencia na utilização que vários grupos que defendem tais abordagens, aqui apresentadas, nas redes sociais^{xxiv}, ou para utilizar outra palavra, no ciberfeminismo. Isto não significa que esta disputa comece e termine nos espaços virtuais (ou digitais). Há os que partem de uma noção butleriana, há os que determinam uma diferenciação de sexo e gênero, etc.. Nisto, o que se observa é que existe uma variedade de narrativas, o que não se considera como algo ruim, o problema que se coloca é quando não mais vemos a realidade por ela própria, mas estas narrativas moldam nossa percepção do mundo e entramos num ciclo, estas narrações ao moldarem nossa percepção da "realidade" parecem fiéis a própria realidade, e ao tentarmos descrevê-la, estamos redescrivendo estas narrativas, de forma que não há um mundo para se descobrir: ele já está dado.

Slavoj Žižek (2008), no capítulo *La hegemonía y sus síntomas*, fala a respeito do conceito de típico no realismo socialista, de como na literatura socialista progressista se devia representar heróis *típicos* em situações *típicas*. Para o autor, este conceito esconde um pouco de verdade, "qualquer conceito ideológico de aparência ou alcance universal pode ser hegemonizado por um conteúdo específico que acaba 'ocupando' essa universalidade e sustentando sua eficácia"^{xxv} (ŽIŽEK, 2008, p. 14). O filósofo esloveno diz que os autores que pintavam a realidade soviética em tons cinza eram acusados de mentirem, além de distorcerem a realidade, pois evidenciavam aspectos que não eram *típicos*, "isto é, todos aqueles que refletiam a tendência histórica subjacente: o avanço do comunismo"^{xxvi} (ŽIŽEK, 2008, p. 13), relato este, que de acordo com Žižek, refletia um fenômeno minoritário, do homem socialista que dedica sua vida a inteira felicidade da humanidade. O cenário que no presente texto eu elucido (os monólogos dos grupos, o problema no paraíso feminista), também se utiliza de casos típicos, para torná-los universais, garantindo a validade das ideologias dos grupos e para sustentar a tentativa de consolidar uma hegemonia conceitual.

Ler a realidade através das narrativas faz com que os grupos, cada um, se feche em si, não há a necessidade de pensar fora da caixa, pois já se tem o mundo dado. O que ocorre é um monólogo. Esse fechamento não possibilita o diálogo entre os grupos e nem com outras questões, principalmente, quando o feminismo se centra no "gênero", deixando outros assuntos de fora ou como menos relevantes. Ocupa-se apenas de um ângulo e não uma multiplicidade de ângulos. Para, além disto, os indivíduos nestes grupos passam a ter uma postura religiosa acerca das suas narrativas, como se estas fossem a expressão de uma sacralidade. Todo esse conjunto de posições que conforma esse cenário é atravessado pela rivalidade entre mulheres e lésbicas, conflitos a respeito da sexualidade, raça e discriminação de classe.

A pergunta de Freud às suas pacientes, acredito, pode ser retomada com um acréscimo: *como queremos* o que queremos? Que condutas deve-se ter na perseguição dos objetivos e na defesa dos mesmos, de que forma se deseja esses objetivos. O que tento questionar é se há uma possível saída ética para isto, podendo-se pensar a ética^{xxvii} enquanto um processo criativo (HOAGLAND, 1988) ou adotar princípios linguísticos^{xxviii} para nossas interações (TREBILCOT, 1990). Cabe dizer que o que existe é a possibilidade de construir uma saída desta confusão que se estabelece em meio à disputa por

fincar uma hegemonia conceitual, de que cunho seja, que deixe de se voltar às próprias narrativas ideológicas e volte-se ao *res, a coisa, a realidade*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, Ti-Grace. **The descent from radical feminism to postmodernism**. 2014. Disponível em www.bu.edu/wgs/files/2013/10/Atkinson-The-Descent-from-Radical-Feminism-to-Postmodernism.pdf

_____. **Radical feminism**. The Feminists, 1969. PLANFETO.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002. Traducción: Alcira Bixio.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006. Traducción: Patricia Soley-Beltran.

_____. **El género en disputa**: el feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós, 2007. Traducción: Antonia Muñoz.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

DALY, Mary. **Beyond the God the Father**: Toward a Philosophy of Women’s Liberation. Boston: Beacon Press, 1985.

DOUGLAS, Carol Ann. **Love and Politics**: Radical feminism and lesbian theories, San Francisco: Ism Press, 1990.

ECHOLS, Alice. **Varieties of radical feminism** In: **Daring to be bad**: radical feminism in America 1965-1975, Minnesota Press, 1989.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: um estudo da revolução feminista, Rio de Janeiro: Labor, 1976, Coleção Bolso, Tradução: Vera Regina Rabello Terra.

HOAGLAND, Sarah Lucia. **Lesbian Ethics**: toward new value. Institute of Lesbian Studies, 1988.

JAGGAR, Alison. **Radical Feminist and human nature** In: **Feminist Politics and Human Nature**. Sussex: The Harverst Press, 1983.

JEFFREYS, Sheila. **Gender Hurts**: a feminist analysis of the politics of transgenderism. New York and London: Routledge, 2014.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando gênero** In: Revista Estudos Feministas, v. 8, n.02, Florianópolis, 2000, p. 9-42.

KAMPER, Dietmar. **O trabalho como vida**. São Paulo: Annablume, 1998. Tradução: Peter Naumann e Norval Baitello Junior.

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Fem-e-libros, 2004. Disponível em <http://pmayobre.webs.uvigo.es/pdf/pisano.pdf>

TREBILCOT, Joyce. **Dyke Methods** In: Lesbian Philosophies and cultures, Albany: State University of New York Press, Edited: Jeffner Allen, 1990, p. 15-29.

ŽIŽEK, Slavoj. **La hegemonía y sus síntomas** In: **En defensa de la intolerancia**. Madrid: Sequitur, 2008. Traducción: Javier Eraso Ceballos y Antonio José Antón Fernández, p. 13-17.

WITTIG, Monique. **La categoría de sexo** In: **El pensamiento hetero y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006. Traducción: Javier Sáez y Paco Vidarte

_____. **One is not born a woman** In: **Feminist Theory Reader: Local and global perspectives**. New York and London: Routledge, 2003. 3Edition. Edited: Carole R. McCann and Seung-Kyung Kim, p. 246-251

Daniela Soares, 20. Criadora e tradutora da Editora Sangue Sodomita, uma editora digital e independente, que aborda temas como teorias lésbicas e queer, sexualidades, anti-estado e autonomia..

NOTAS DE FIM AO FIM DA REVISTA

Toka diskos e revolução

Formiga
Julho/ 2017

I.

Uma par de
Estupros
me alienou da minha própria
vagina desde menina
vida fudida
vida enkardida
vida sofrida
depois de kaminhadas protestos piketes greves shows de rap som punk e
saraus
kero sarar
Sanidade já
Saravá

II.

Uma lesbiana
da minha raça
vou a kaça
bela dama
peles pardas
sintonia
divido a kama
di noite e de dia
mas ela não pode por o dedo na minha buceta se não eu vou chorar

III.

Meu momento íntimo
melhor hora do dia
é a noite
kuando kompartilho
minha nudez komigo
Punk é u ritmo
foda-se a apatia

luto pela minha libido
Uma poeta me ensinou
komo ke faz pra eu tokar em mim
versou
sobre o auto-prazer klitoriano
ser tipo igual a lua: cíklíko
eu e meu dedo indico
fazendo fogo
danço ki nem pogo
em buska do autokonhecimento
do meu gozo

NÃO É NÃO JÃO

Formiga

Abril/ 2016

Salve

É sobre Kapão Pekado

kem ta falando é FORMIGA esse dia eu li o tão famoso klássiko da nossa literatura marginal o Kapão Pekado do Ferrez, ke foi lançado no ano 2000. Do trampo do Ferrez só konheço Kronista de um Tempo Ruim e o Kapão Pekado, mas tô sabendo ke o Ferrez é um dos grande da nossa literatura marginal. Independente de num ter konhecimento da obra literária toda dukara, eu sou lésbika periférika então tenho minha visão feminista do mundão. Memo assim a proposta aki é fazer um crítica feminista a obra, tem uma mana do Fala Guerreira ke já pegou a missão de falar o ke não gosta no Kapão Pekado só ke eu eskrevi a minha porke tenho outras ideia pra akrescentar. A ideia central da obra de ficção é um de rapaz trabalho periférico ke se apaixona pela namorada do melhor amigo e ke isso dai é ke é um pekado. Texto deixa isso bem exposto na frase ke diz ke tipo assim ke aliado se pagar a mina de outro kara é finado. Isso dai é uma kultura onde homem é mais do ke mulher ke trata as mulheres komo propriedade do homem, isso dai é bastante komum ouvir no rap e komo uma lei de kebrada. A representação de mulher em Kapão Pekado é a mesma: ou é a mãe kuidadora, ou a mina do kara ou a “mulher vulgar”. Essa ideia de mulher periférika me revolta porke a mulher só é alguém em relação ao homem, por isso, ke numa sociedade ke tudo gira ao redor do pinto se nomear lésbika: amar quem tem vagina numa sociedade ke odeia kem tem vagina e criar sua própria kontra kultura é kestão de amor próprio, resistência, super vivencia e saúde mental. Mas o ke me dexou em choke memo no romance foi a cena as cenas de estupro, na primeira vez ke o kara deskreve sexo entre o kara e a mina principal do Kapão Pekado eles tem um sexo hetero e em um momento o kara ker ke a mina faça sexo oral nele ela se rekusa e ele insiste. A segunda cena é mais eskrota ainda: um homem vê uma mina dormindo, por kausa do cheiro de kachaça sabe ke ela ta bêbada e faz sexo kom ela dormindo. E a última cena é um sexo hetero entre os personagens principais de novo o kara ker fazer sexo anal a mulher não ker ele insiste e penetra ela a força e o autor ainda eskreve depois ke ela akaba kurtindo. Essa ideia lançada no texto é zuada porke não é não jão! Sexo pra agradar alguém, sexo sem vontade, sexo forçado não é sexo tio. Sexo é enkontra de desejos. Kuando a mulher não da licença pra tokar o korpo dela então é abuso, é violência sexual, é estupro! O Ferrez ta ligado o conceito de machismo ele até cita no próprio Kapão Pekado. É zuado porke se não fala ke isso dai é violência kontra a mulher fika subentendido ke tudo bem ke é normal mexer no korpo da mulher sem ela kerer pode até ser normal porke akontece direto porke é a norma de komo ser um homem mas não é certo. A Literatura Marginal assim komo o rap é linha di frente na kestão da revolta kontra os boy mas na kestão da mulher é senso komum pensa igual o patrão e o padrão do sistema du machão. Muitas vezes a mulher periférika dormi

kom seu próprio inimigo e as letras e o som das periferia não relata essa real. Muito difícil homem do povão vdeixar de kerer seus benefícios de homem pra ajudar as irmã, privilégio de homem na kebrada parece ke é poko mas não é jão: ter sua roupa lavada, ter sua kasa arrumada, ter sua komida feita pela mamãe, ter seus pivete kriado pela mulher, ter acesso ao sexo e ao amor mina de modo inkondicional igual o Kapão Pekado deskreve é mô privilégio parece poko mas é tempo e dinheiro das mina investido em homem, ke ainda por cima agride. Então as mina , as mana, as tia e as sapa noiz precisa se unir e se revoltar kontra essa situação seja na sul, na norte, na oeste e na leste, pra mudar nossas vida nas kebradas do mundão.

Sem mais
FORMIGA agradece.

Pelo 28 de setembro

Formiga
Setembro/ 2014

“A criminalização do aborto não salva fetos a criminalização do aborto mata mulheres” (7x)

Estado decreta seu destino
ação direta aborto clandestino
quem viu viu
desobediência civil
gerando mortes prematura
das mães que leva vida dura
é um plano dos racistas
eliminar de suas vistas
quem esvazia a cidade
mulheres negras base da sociedade
é óbvio
magnatas do mercado ilegal são seus sócios
venda de citotec comandam os negócios
milhões de reais
que não tem grana
para abortar
em clínica particular
quando não são levadas a óbito
muitas vezes sobrevivem com sequelas
mudando para sempre a vida delas
é kente tio
tipo quem ficou infértil
gente da minha gente
sente essas dores
desgraçados conservadores
disfarçam teocracia em democracia
legisladores da misoginia
controlando milhões de vidas
não acredite nessa hipocrisia
de decidir legalizar
o aborto no Brasil via plebiscito popular
ouve? Onde já se viu
o senso comum apoiar
o que a igreja demorou 514 para consolidar?
É um absurdo eu sei

u projeto de lei
estatuto do nascituro
apelidado bolsa estupro
garante ao violador do feminino korpo
ke deveria estar morto
o status de pai ao invés de ser destruído o machista odioso
415 é o número da portaria
ke kaberia
garantir ke todas as mulheres em teoria
ke abortem de modo legal ou ilegal
fossem tratadas komo igual
no hospital do SUS foi revogada
parece piada sem graça
mas é retrocesso
pressão da bankada fundamentalista kontra esse históriko processo
de luta feminista
Igreja patriarkal branka eurocêntrika ocidental
kontamina almas kom a moral
cristã
se liga minha irmã
se o útero é da mulher
ela tira todos os fetos ke kiser
por kontrole de natalidade
kontra o banzo ou por não kerer ver sua kria passando necessidade
Aliáis denunciando dominações patriarkais
ocidentais e koloniais
a maternidade kompulsória
é fruto da heterossexualidade obrigatória
e o aborto é konsciente ou inkonsciente
retomada do próprio korpo
Nossas mentes estão cheias de kulpas katólikas
finkadas por kruz e espada diabólikas
não existe inferno ou céu
dogmas levam somente ao banco dos réus
passível de reklusão
dentro do sistema prisional
então
lutar pela legalização do aborto é solução
institucional
exigir o aborto na saúde públika
é kontinuar as súplikas
pra kem
sobre nossos korpos detém
o poder
mas não vamos nos render
tenho um ideal
trasformação radikal

desse legado kolonial
igualdade racial e social
anti kapitalismo anti kárcere anti poder
kontra facínoras ke kerem nos korromper
o Estado destruiremos
sabedorias resgataremos
de nossas avós
vai vendo ó
filosofia yorubá
a mais graciosa das iabás
grandeza inkomum
oraiêê Oxum
seu
dominio é rikeza fertilidade beleza meu
assim ki é
suas filhas são herdeiras de seu axé
então
se precisarem abortar tem ke pedir permissão
pra mamãe das águas doces antes de kumprir a missão
fora essa situação
em nossa kultura de resistência negra não existe condenação
não não vim da kostela de Adão
nem Marias nem Evas
nossas ancestrais são pretas velhas
ke guardam o segredo de rituais
konheciam o poder das ervas
a mesma ke kura também mata
no fundo das matas
mulher indígena dá a luz e também tira
então ke komeçe a ira
preservando nossas raízes
nem papas nem juízes
não vão mais governar
ventres e mentes a se rebelar

por FORMIGA

Formiga, 26. Eskrevo desde 2005 nos meus diários nunca regurales e nessa époka também komecei a eskrever poesia. Frekuento os Saraus do extremo sul da Zona Sul de São Paulo, minha área desde 2007. Aversão Poétika foi meu primeiro fazine de poesias punk publikei de 2012 a 2015. Participei da koletânia de hip hop feminino Perifeminas 2013. Lancei o livreto Eu-Lésbika em formato de fanzine em parceria kom a distro Difusão Herétika em 2014. Tenho duas poesias publikadas na koletânia de literartura erótika negra feminina Além dos Kuartos no ano de 2015. No ano de 2015 também fui

membra do Sarau Eparrei voltado a visibilidade da lésbica e bissuexual negra. Seis sentidos é um fanzine de poesia feminista, antirracista e sapatão de quebrada ke lancei em 2016. 2016 tive uma poesia publikada em uma coletânea de poesia de amor entre mulheres chamada Lesbos, organizada por Júlia Franciska. Desde 2015 sou kolunista da revista de feminismo periférico Fala Guerreira.

Punição exemplar: uma reflexão acerca da violência contra lésbicas

Monalisa Gomyde

Setembro/2017

*dói demais ser lésbica mas doeria mais não ser
em homenagem a Danielle e Agnes*

*a noite principalmente
as vezes de tarde
e de manhã quase me esqueço e acho que não dói tanto*

*mas ao meia dia já me lembram
chegam em bando
gritando, berrando, batendo, matando*

*no entardecer empalideço
tiraram todo meu sangue
a adrenalina me impede de sentir*

*então chega o escuro
e a noite dói demais principalmente
dói demais ser lésbica
mas doeria mais não ser*

Monalisa Gomyde, 2017

Teu futuro está a tua volta, o passado está a tua frente e tu permanentemente fazendo coisas ativas a memória para que o mundo seja melhor através do passado mais profundo.

Aforismo Aymarà, citado por Silvia Rivera

Segundo um homem filósofo, citado por GAGNEBIN (2009), a experiência “repousa sobre a possibilidade de uma tradição compartilhada por uma comunidade humana” e tem uma “continuidade de pai para filho”. Como bem aconselhou minha avó, por vezes é melhor levar ao pé da letra o que nos dizem. Nessa definição as experiências de metade da espécie humana são desconsideradas, de pai pra filho, assim como do deus pai nasceu Jesus, uma genealogia masculina se faz universal e outorga como real apenas aquilo que concerne aos machos ou existe em relação a eles. Essa é situação das mulheres no processo de heterossexualização cultural, dentro de relações de opressão evidentemente, muitas mulheres vivem vidas voltadas aos homens, seja por uma colaboração escolhida ou compulsória, sua ligação com os homens as torna reais na genealogia masculina que autoriza o que é possível de ser e o que não é, ainda que de uma forma brutalmente deturpada. Muitos são os trabalhos feministas que exumam as grandes imagens do feminino e expõem sua artificialidade. Mas ainda há uma, uma que são muitas, que permanece no mistério e o mistério nada mais é do que a voz de alguém que tem mais poder reconhecendo que nada sabe ou quer e deixa saber sobre a quem se refere. Não há lugar para experiência lésbica tanto na genealogia masculina como em uma genealogia das mulheres na qual a heterossexualidade não é questionada. O que se passa de geração para geração é o ódio às lésbicas, a “tradição compartilhada pela comunidade humana” é uma tradição que nega nossa existência no nível simbólico e nos pune em todos os outros cada vez que ousamos existir.

Por isso, a crítica à heterossexualidade é tema sempre atual e sempre insuficientemente abordado, então comecemos por discutir ele, um dos regimes de dominação mais hegemônico que atravessa países, classes, grupos étnicos e sistemas políticos, o regime heterossexual, e seguir então para a compreensão de como opera a violência contra as fugitivas desse regime, as lésbicas. Pois é apenas destruindo a base do patriarcado avançado, que também podemos chamar de capitalismo

neoliberal, que uma transformação civilizatória poderá acontecer, e essa base é a exploração das mulheres e seus corpos operada e mantida através da heterossexualidade obrigatória¹.

Em ensaio publicado em 1989, a pensadora lésbica Monique Wittig nos sugere que a noção filosófico-política pré-industrial do *contrato social* nos serviria para pensar a situação das mulheres por esta ser similar a das/os servas/os feudais. O contrato social é, de forma sucinta, o conjunto de regras ao qual membras/os de dada sociedade aderem² garantindo assim sua manutenção. Os principais filósofos que desenvolveram tal conceito, os chamados contratualistas, buscavam entender como se formava um estado ou nação, principalmente Rousseau buscava entender quais os motivos que levavam as pessoas a abrirem mão de sua liberdade a um governante em troca de participação na sociedade.

O contrato social medieval europeu e católico entre dominadores e dominadas/os era baseado na manutenção da servidão compulsória por meio da força. A invasão de terras normalmente tidas como comunais ou coletivizadas, ou seja, geridas por princípios outros que não eram ligados à propriedade privada, tornou as terras propriedades dos homens que comandavam, formavam, pagavam exércitos e castelos murados condicionando as/os sobreviventes das invasões à servidão em troca da própria vida que a partir deste embate estava subsumida à vontade do suserano. O contrato social medieval entre dominadores e dominadas/os dependia de que as/os servas/os trocassem seu trabalho, sua cultura, sua religião e suas formas de existir e gerir sociedades estabelecidas pela permanência nas “terras do senhores” e era quebrado de forma individual cada vez que servas/os fugiam dos feudos³.

Nesse ponto reside a principal diferença entre esse conceito e a produção teórica industrial de Marx e Engels, que rechaçam essa possibilidade por considerarem que a revolução só poderia acontecer coletivamente a partir da tomada de poder da classe oprimida, que tem sua força laboral explorada, o que significa que a classe proletária faria a revolução tomando os meios de produção. No caso da opressão sexual da qual somos vítimas não há a separação entre trabalhadora e meio de produção, visto que nossos corpos são quem somos e são feitos meios de (re)produção pelos homens⁴.

1 Usualmente é utilizado o termo “heterossexualidade compulsória”, em grande parte por referência, intencional ou não, ao ensaio de Adrienne Rich, *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, no entanto desde uma perspectiva lésbica definir a heterossexualidade como compulsória exclui minha própria existência e de todas as outras lésbicas, por isso opto por “heterossexualidade obrigatória”. Para maiores elaborações sobre o tema visitar <http://pensandolesbica.tumblr.com>.

2 Voluntariamente ou compulsoriamente.

3 Para mais leituras sobre o tema: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/25688/18324> e http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2016/08/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf.

Como aponta Wittig, Lévi-Strauss e sua pesquisa acerca dos chamados intercâmbios de mulheres, essenciais para a constituição de qualquer tipo de “comunidade humana”, deixa evidente para nós, leitoras atentas, o grande acordo entre homens de escravizar as mulheres. O aspecto mais nefasto do regime heterossexual talvez seja a introjeção dessa heterossexualização por suas próprias vítimas, que “foram convencidas de que no fundo desejam aquilo a que foram forçadas e que são parte do contrato social que as exclui” (WITTIG, 1985, p.69).

A grande sacada de Wittig é entender que, assim como as/os servas/os quebraram o contrato social que as/os prendia ao senhor, nós lésbicas quebramos o contrato social heterossexual. Cada lésbica individualmente é uma fugitiva do regime heterossexual e a fuga em massa faria toda a tessitura patriarcal de sociedade que querem fazer parecer natural rasgar-se e entrar em colapso. Utilizando esse conceito como ferramenta podemos abarcar a forma como a heterossexualidade é estruturada nas instituições, como é estabelecida enquanto regime político e como opera na vida de cada mulher em uma série de regras não ditas que permeiam a vida da menina desde muito pequena e são as condições de pertencimento na sociedade, na cultura e na linguagem as quais ela deve acatar.

E as que não acatam? Nós lésbicas quebramos o contrato social heterossexual e somos não só fugitivas, mas também consideradas criminosas dentro do patriarcado. É importante entendermos como os termos deste contrato estão em todos os lugares, mas, simultaneamente, não são verbalizados, não podem ser articulados na linguagem que temos disponível, e, logo, não conseguem ser identificados sem um esforço consciente. No entanto, a lésbica ao sair de casa sem os apetrechos de tortura da feminilidade, ao andar de mãos dadas com outra lésbica, ao existir no mundo torna essas regras não ditas visíveis, ao quebrar a lei da heterossexualidade denuncia a artificialidade da mesma e esse é o grande crime pelo qual os/as agentes⁵ do patriarcado são autorizados a nos julgar e punir.

Chamo de *punição exemplar* essa violência pois ela tem como objetivo não só nos ferir e exterminar como mostrar a todas as outras mulheres qual destino as espera se ousarem cruzar os limites do patriarcado da mesma forma que nós fazemos diariamente. Quando digo que os/as agentes do patriarcado são autorizados a executar julgamento e pena, tenciono expor a dimensão que essa violência toma e como está presente em todos os lugares seguindo rigorosamente a forma metodológica da lei do pai institucionalizada pelo contrato social. Muitas vezes ela é executada sem declarar seus

4 A capacidade de gerar das mulheres é negatizada pela apropriação dela feita pelos homens. Não corroboro com visões misóginas como a de Shulamith Firestone e Simone de Beauvoir que colocam a raiz do problema na capacidade em si e não no que os homens fazem conosco por a termos.

5 Emprego o termo agentes, pois os homens não agem sozinhos, é importante reconhecer a participação de mulheres na perseguição e no abuso de lésbicas.

motivos: ninguém sabe, ninguém viu,/ mas a lésbica apanhou,/ ninguém sabe, ninguém viu,/ mas a lésbica não foi contratada,/ ninguém sabe, ninguém viu,/ mas a lésbica foi estuprada pelo pai,/ ninguém sabe, ninguém viu,/ mas a lésbica abandonou a escola depois de tanto abuso verbal,/ ninguém sabe, ninguém viu,/ mas a lésbica sumiu^{6 7}.

Entender de que formas a violência que sofremos se articula é central para a construção de um auto amor lésbico, e de empatia e comunidade umas com as outras, já que essa violência punitivista começa desde cedo demarcando aquilo que devemos fazer e, principalmente, o que não devemos. No topo dessa lista está amar a nós mesmas e a outras lésbicas, algo que a violência tem o objetivo de impedir.

É um crime imperdoável no patriarcado que nós mulheres ousemos amar a nós mesmas e umas às outras profunda e completamente, logo, Lésbicas são as pessoas mais universalmente odiadas na Terra. Nós somos tão odiadas que indivíduos/as hétero e a mídia tentam fingir que nós nem ao menos existimos. Em todas as culturas heteropatriarcais, nossa existência é negada ou inventam terríveis mentiras sobre ela. Se espera de homens e meninos que amem a si mesmo e suas culturas masculinas, e das mulheres hétero é esperado que amem e devotem a sua vida a homens e meninos. Para serem mais aceitas muitas Lésbicas também aceitam o papel patriarcal de mulheres priorizando homens, enquanto as poucas de nós que dizem “não” para essa injustiça são odiadas por Lésbicas além de sermos odiadas por homens e mulheres héteros. (JO, Bev; STREGA, Linda; RUSTON, 1990)

Pensando o contexto político-social do Brasil nesse momento é evidente que a virada à direita que acompanhamos - na maioria das vezes presas em uma confusão intencional por parte das redes de comunicação⁸ - significará ainda mais violência contra lésbicas. Frente a esse cenário se torna urgente que entendamos que esse status de criminalidade é a resposta patriarcal ao perigo que apresentamos para sua manutenção. A chama revolucionária está no elemento criminoso que pode escolher entre ser cooptada, se deixar incorporar nas instituições patriarcais, seja com um marcador de diferença pairando sobre a sua cabeça, apenas confirmando como seremos sempre outras, anormais, não naturais ou negando sua lesbianidade por inteiro; ou então, se levantar com orgulho e existir. Muitas fizeram isso antes de nós, muitas fazem agora, lésbicas sempre existiram e sempre existirão. Da

6 Seguindo o conselho de duas sapatonas incríveis, Milena e Diana, é necessário pontuar que me refiro aqui ao **lesbocídio**, termo que utilizamos para falar do assassinato de lésbicas. Parte da violência que sofremos é também a negação da gravidade dessa violência. Indico a página no facebook Lesbocídio, que contém vários dados acerca do assassinato de lésbicas: <https://pt-br.facebook.com/lesbdados/> .

7 Esse trecho é um poema escrito por mim. A quebra de gênero é intencional, já que defendo a forma poética como uma das mais potentes.

8 Se é que podemos chamar de comunicação esse esforço de pedagogia da ignorância da mídia brasileira.

mesma forma que a punição exemplar que sofremos mostra algo, a nossa coragem também mostra e é, desde já, um ato criativo que afirma uma possibilidade de existência além do patriarcado.

Atualmente, além dos desafios habituais, enfrentamos um apagamento do significado da palavra lésbica até mesmo dentro de espaços ditos LGBTs e feministas. Homens que clamam serem mulheres lésbicas desde sua posição de poder invadem nossos espaços e sua presença é ameaçadora, pois são homens e homens sempre detêm consigo o fato de que podem nos estuprar e nos engravidar a qualquer momento, o que nos impõem a necessidade de defendermos esses poucos espaços e disputarmos nossa própria identidade. Mulheres que se relacionam com homens clamam ser lésbicas, contribuindo para o imaginário fetichista pornográfico que define lesbianidade como algo acessível e para o proveito masculino, novamente nos obrigando a disputar nossa própria identidade com pessoas que possuem mais poder social. Em ambos os casos pessoas que não são lésbicas definem a lesbianidade como algo com o qual alguém pode identificar-se, quando na verdade, lésbica é o que somos.

Tais atos tencionam tornar as existências lésbicas e nossas histórias “inenarráveis porque nada que pudesse lembrar sua existência subsistiria e porque, assim, a credibilidade dos sobreviventes seria nula” (GAGNEBIN, 2009), nesse caso sobreviventes perpétuas, já que a violência contra lésbicas é tão constante que há sempre o perigo de abandonar a reflexão a seu respeito numa a-historicidade além das palavras, ou seja, além da cultura. Como defendeu Adrienne Rich, ao longo de sua trajetória de poeta e pensadora lésbica, a ignorância que nos é imposta acerca de nós mesmas é a pedra angular da opressão que sofremos. Logo, a denúncia, que talvez seja o gênero que melhor define esse texto, é contra o patriarcado que além de nos matar nos nega toda possibilidade de falar que não seja em seus termos (WITTIG, 1992). Mas não é apenas denúncia, esse texto é também uma carta de amor às lésbicas. Obrigada.

Agradecimentos

Todas as ideias e pensamentos lésbicos radicais esboçados aqui são fruto de uma atenção persistente às palavras de outras lésbicas, seja através de um livro, de uma conversa ou de um momento de amor. Agradeço especialmente a Diana pela revisão e contribuição que com certeza me salvou de alguns deslizes e forneceu explicações mais coerentes a alguns dos conceitos utilizados.

Referências

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.

JO, Bev; STREGA, Linda; ROUSTON. Quem você escolhe amar diz tudo sobre quem você é. In: **Dykes-Loving-Dykes**. Acessado em: <https://pensandolesbica.tumblr.com/post/155560798781/quem-voc%C3%AA-escolhe-amar-diz-tudo-sobre-voc%C3%AA-bev>.

RICH, Adrienne. *Blood, bread and poetry: selected prose 1979-1985*. Norton Paperback, 1994.

WITTIG, Monique. A propósito del contrato social. In: **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid, EGALES, 1992.

Monalisa Gomyde, 24. Bacharela em Estudos Literários, poeta, lésbica separatista e vegana.

NOTAS DE FIM

Referentes à “Problemas no paraíso feminista: a disputa pela hegemonia conceitual” de Daniela Soares

i Há dois textos que acredito serem de importância sobre os espaços feministas, um de Norma Mogrovejo “Desafios para el feminismo activista latino-americano” e o outro de Jo Freeman “Trashing: O lado sombrio da sororidade” disponível em www.geledes.org.br/trashing-o-lado-sombrio-da-sororidade/#gs.6BGjqu8

ii Neste texto não apresento algumas perspectivas, que ademais, são importantes para o debate. Estas análises que não são citadas aqui são os trabalhos de Heleieth Saffioti “Ontogênese e filogênese do gênero”, de Colette Guillaumin (1978) com o conceito de “sexagem” e de Nicole-Claude Mathieu (1991) com as “relações sociais estruturais de sexo”, no original, *rapport sociaux de sexe*.

iii Utilizo “feminismo de segunda onda” porque a expressão na história do feminismo norte-americano e europeu é adequada e também porque outras feministas não utilizavam a palavra gênero, especificamente as francesas, como as americanas o fazem.

iv Atkinson (2014, p.1) define feminismo radical como “uma tendência para compreender a opressão das mulheres no seu nível mais profundo possível”. MacKinnon (1987, p.16) define este como o feminismo não modificado. De forma crua, “radical” é adicionado para dizer que este é o feminismo que vai à raiz das questões, a procura da raiz da opressão das mulheres.

v Fêmea e macho. Geralmente, estas palavras são diretamente traduzidas para nossa língua como homem e mulher.

vi Em termos gerais, nestas autoras não fica claro o que define homens e mulheres como classe, além daquelas que se voltam à biologia para afirmar que o corpo sexuado que estes grupos têm em comum para se formarem enquanto tais e estabelecer uma hierarquia, dos homens sobre as mulheres. Christine Delphy, feminista materialista, escreveu o artigo “*O inimigo principal*”, onde desenvolve a argumentação de como as mulheres formam uma classe, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>. Nicole-claude Mathieu também trabalha nesta perspectiva a partir da “Antropologia dos sexos”, assim como outras feministas materialistas francesas.

vii Tradução livre de “For Redstockings the problem was one of power – who had it and who lacked it; for The Feminists it was a matter of sex roles – who conformed and who refused.”

viii Tradução livre de “I think that the need men have for the role of oppressor is the source and foundation of all human oppression: they suffer from a disease peculiar to Mankind which I call “metaphysical cannibalism” and men must at the very least cooperate in curing themselves”

ix Redstockings foi um grupo feminista radical norte-americano de meados dos anos 60, fundado por Shulamith Firestone e, de cunho marxista. Além deste e do The Feminists, há também o Cell 16, o New York Radical Feminists, o grupo The Women’s Liberation Movement (não confundir com o movimento geral de liberação), The Furies, New York Radical Women, WITCH (Women’s International Terrorist Conspiracy from Hell), New York Radical Feminists e o Radical Feminist 28.

x Tradução livre de “The one assumption no one questioned was that women formed a class and that this class was an artificial one and designed for political purposes to oppress women. We called this artificial class “gender.” Our mantra was Beauvoir’s dictum: ‘One is not born, but rather becomes, a woman’”.

xi Wittig (1992, p.23) frisa que antes do conflito, ou seja, da revolta, não há categorias de oposição, apenas categorias de diferença.

xii Wittig (1992, p. 18) não utiliza a palavra gênero, pois, nas palavras da autora, o modo como este termo é utilizado é impreciso.

xiii Tradução livre de “Porque no hay ningún sexo. Sólo hay un sexo que es oprimido y otro que oprime. Es la opresión la que crea el sexo, y no al revés. Lo contrario vendría a decir que es el sexo lo que crea la opresión, o decir que la causa (el origen) de la opresión debe encontrarse en el sexo mismo, en una división natural de los sexos que preexistiría a (o que existiría fuera de) la sociedad.”

xiv Aqui Wittig faz alusão ao “mito da mulher” apresentada por Beauvoir na sua obra *O segundo sexo*.

xv Tradução livre de “Colette Guillaumin ha demostrado que, antes de la realidad socio-económica de la esclavitud negra, el concepto de la raza no existía, o por lo menos, no tenía su significado moderno, pues designaba el linaje de las familias. Sin embargo, hoy, nociones como raza y sexo son entendidas como un «dato inmediato», «sensible», un conjunto de «características físicas», que pertenecen a un orden natural. Pero, lo que creemos que es una percepción directa y física, no es más que una construcción sofisticada y mítica, una «formación imaginaria» que reinterpreta rasgos físicos (en sí mismos tan neutrales como cualquier otro, pero marcados por el sistema social) por medio de la red de relaciones con que se los percibe. (Ellas son vistas como negras, por eso son negras; ellas son vistas como mujeres, por eso son mujeres. No obstante, antes de que sean vistas de esa manera, ellas tuvieron que ser hechas de esa manera.)”

xvi Na edição em português o título é “Problemas de gênero”, porém utilizo a obra traduzida para o castelhano, intitulada “El género en disputa”.

xvii Tradução livre de “Hay que tener en consideración que el género, por ejemplo, es un estilo corporal, un «acto», por así decirlo, que es al mismo tiempo intencional y performativo (donde *performativo* indica una construcción contingente y dramática del significado)”.

xviii Estas duas palavras têm significados bem específicos no pensamento da filósofa, porém, esclarecê-los de forma minuciosa aqui não é possível. Intencionalidade é um conceito retirado da fenomenologia, especificamente a fenomenologia de Husserl. Em uma nota em *Cuerpos que importan*, à página 324, Butler diz: “A ‘intencionalidade’, no campo da fenomenologia, não significa um ato voluntário ou deliberado, mas que é um modo de indicar que a consciência (ou a linguagem) tem um objeto, mais especificamente, que se dirige a um objeto que pode existir ou não. Neste sentido, um ato da consciência pode tender a (postular, constituir, apreender) um objeto imaginário. O gênero, em sua concepção ideal, poderia se construir como um objeto intencional, um ideal constituído, mas que não existe. Neste sentido, o gênero seria como ‘o feminino’, entendido como uma impossibilidade, tal como o apresenta Drucilla Cornell em *Beyond Accommodation*, Nueva York, Routledge, 1992”. No original: “La ‘intencionalidad’, en el marco de la fenomenología, no significa un acto voluntario o deliberado, sino que es un modo de indicar que la conciencia (o el lenguaje) tiene un objeto, más específicamente, que se dirige a un objeto que puede existir o no. En este sentido, un acto de la conciencia puede tender a (postular, constituir, aprehender) un objeto imaginario. El género, en su concepción ideal,

podría construirse como un objeto intencional, un ideal constituido, pero que no existe. En este sentido, el género sería como 'lo femenino', entendido como una imposibilidad, tal como lo presenta Drucilla Cornell en Beyond Accommodation, Nueva York, Routledge, 1992". Já performatividade, que advém dos atos de fala performativos do filósofo John L. Austin, há uma explicação, desde a apropriação destes conceitos da filosofia analítica de Austin, até seu desenvolvimento na obra de Butler, disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/11/o-percurso-da-performatividade/>.

xix Refiro-me ao livro *Deshacer el género*, que junto com *Cuerpos que importan* completam as explicações dadas por Butler em *Problemas de Género*.

xx Várias feministas tentaram explicar formas de se regulamentar os papéis masculino e feminino, desde instituições psiquiátricas, educacionais ou a família, por exemplo.

xxi Tradução livre de “Una norma no es lo mismo que una regla, y tampoco es lo mismo que una ley. Una norma opera dentro de las prácticas sociales como el estándar implícito de la normalización. Aunque una norma pueda separarse analíticamente de las prácticas de las que está impregnada, también puede que demuestre ser recalcitrante a cualquier esfuerzo para descontextualizar su operación. Las normas pueden ser explícitas; sin embargo, cuando funcionan como el principio normalizador de la práctica social a menudo permanecen implícitas, son difíciles de leer; los efectos que producen son la forma más clara y dramática mediante la cual se pueden discernir”.

xxii Tradução livre de “Asumir que el género implica única y exclusivamente la matriz de lo «masculino» y lo «femenino» es precisamente no comprender que la producción de la coherencia binaria es contingente, que tiene un coste, y que aquellas permutaciones del género que no cuadran con el binario forman parte del género tanto como su ejemplo más normativo (...) El género es el mecanismo a través del cual se producen y se naturalizan las nociones de lo masculino y lo femenino, pero el género bien podría ser el aparato a través del cual dichos términos se deconstruyen y se desnaturalizan”.

xxiii Tradução livre de “Según la noción de norma que acabamos de exponer, se puede decir que el campo de la realidad que crean las normas de género constituye el telón de fondo sobre el cual aparece el género en sus dimensiones idealizadas. (...) En la medida en que las normas del género son reproducidas, éstas son invocadas y citadas por prácticas corporales que tienen también la capacidad de alterar las normas en el transcurso de su citación. (...) Entonces, un sentido importante de la reglamentación es que las personas son reguladas por el género y que este tipo de reglamentación funciona como una condición de inteligibilidad cultural para cualquier persona”.

xxiv É interessante pensarmos também que o modo de circulação de informação nas redes sociais é tão rápido que predispõe seus usuários a consumirem com maior facilidade imagens, que não necessitam de um maior grau de abstração do que na leitura de um texto, por exemplo. A tendência também nesses espaços é de textos rápidos e superficiais, é pensar, por exemplo, o limite de palavras que podemos digitar em um tweet.

xxv Tradução livre de "cualquier concepto ideológico de apariencia o alcance universal puede ser hegemonizado por un contenido específico que acaba 'ocupando' esa universalidad y sosteniendo su eficacia".

xxvi Tradução livre de “es decir, todos aquellos que reflejaban la tendencia histórica subyacente: el avance hacia el Comunismo.”

xxvii Há um excelente artigo escrito por Zicri Orellana Roja acerca deste tema, intitulada “Una ética lesbiana creativa y atractiva” disponível em <http://www.labrys.net.br/labrys29/monde/zicri.htm>

xxviii Há três princípios dados por Joyce Trebilcot, que foram criados para o uso da linguagem, porém, estes princípios extrapolam a esta área e podem ser aplicados não apenas na linguagem, mas no modo que pensamos e agimos. Estes princípios são: 1. Eu falo apenas por mim (I speak only for myself); 2. Eu não tento fazer com que outras mulheres aceitem minhas crenças no lugar das suas (I do not try to get other wimmin to accept my beliefs in place of their own) e 3. Não há nada dado (There is no given).

Palavra e Meia